GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

OUTORGA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Estágios de Implementação e Desafios

Luiz Fernando Carneseca

Diretoria de Procedimentos de Outorga e Fiscalização

XX CABAS 2018 – Campinas/SP– 23/11/2018

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Histórico no Estado de São Paulo

Base Legal

- 1951 – Lei 1.350 - criação do DAEE - *planos de aproveitamento integrado dos R.H.*
- - *aplicação do Código de Águas*
- 1983 / 1985 – reorganização do DAEE (Diretorias de Bacias - descentralização)
- 1985 – Decreto 23.933 – outorgar concessões, permissões e autorizações para uso ou derivação de águas de domínio estadual
- 1987 – criação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos
- 1988 - Lei 6.134 - Preservação de águas subterrâneas
- 1989 – Constituição Estadual
- 1991 – Decreto 32.955 – Regulamenta a Lei 6.134 – outorga e fiscalização Ag. Subt.
- 1991 – Lei 7.663 - Política Estadual de Recursos Hídricos

Histórico no Estado de São Paulo

- 1996 – Decreto 41.258 – regulamenta Outorga e Fiscalização
- 1996 - Portaria DAEE 717/96 – procedimentos para outorga
- 1998 – Portaria DAEE 01/98 – procedimentos para fiscalização
- 2004 /2006 – integração Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Saúde
- - Resolução SMA/SERHS 01/04
- - Deliberação CRH 52/05 – restrição e controle de uso de águas subterrâneas
- - Resolução SMA/SERHS/SES 03/06
- 2016 – Lei 16.337 – Plano Estadual de Recursos Hídricos
- 2017 – Portaria DAEE 1630 – novos procedimentos para outorga (substitui a 717)
- 2018 – Decretos 63.261 (altera 32.955) e 63.262 (substitui 41.258)
- 2018 – Portarias 5.578 e 5.579 – equipamentos e declarações de medição

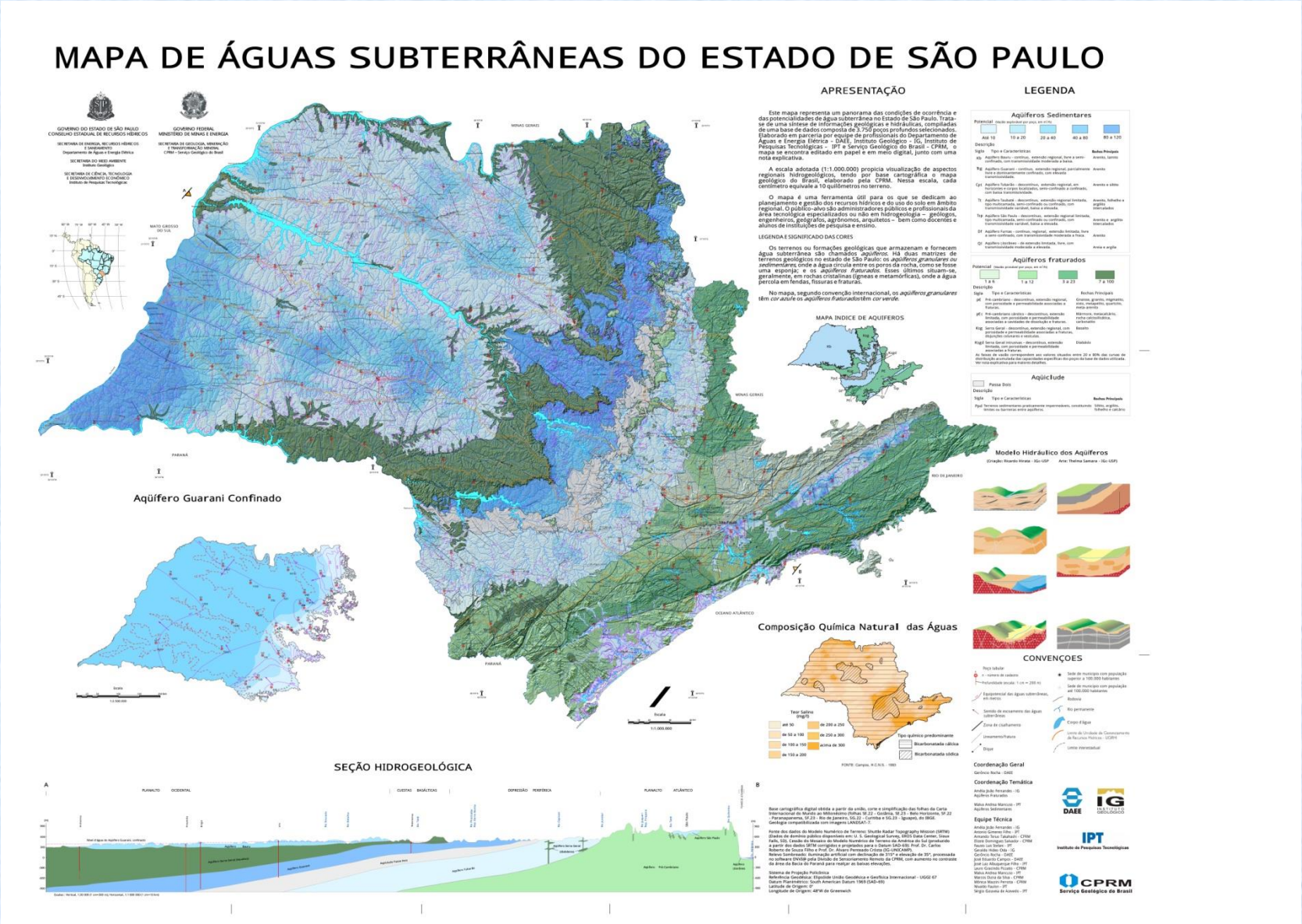
Histórico no Estado de São Paulo

Base Técnica

- 1972 / 1982 – Estudos de Águas Subterrâneas no ESP - Levantamento escala 1:50.000 - Banco de Dados – Modelo Simulação Águas Superficiais e Subterrâneas (modelo Mero) – Tecnologia de Perfuração

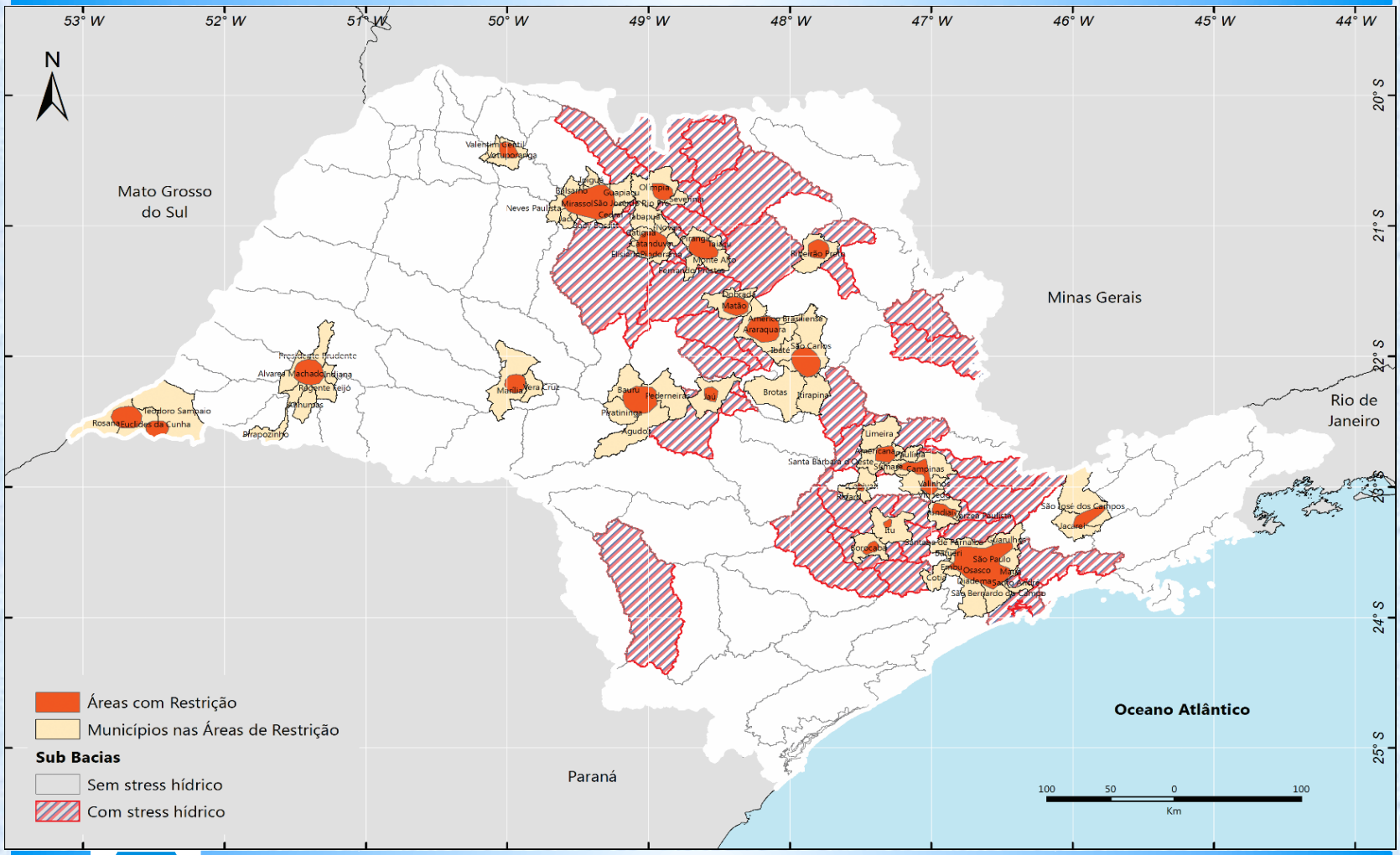
- 2005 – Mapa de Águas Subterrâneas do ESP – sistematização e síntese do conhecimento sobre as condições de ocorrência e as potencialidades

- 2013 – Regionalização de Diretrizes de Utilização e Proteção das Águas Subterrâneas – propostas para definição de áreas de restrição



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Águas Subterrâneas – Diretrizes de Utilização e Proteção - 2013

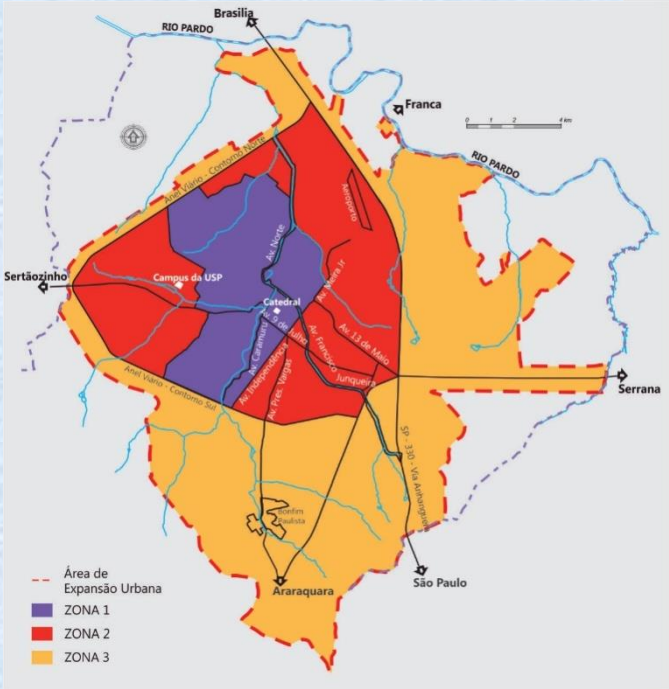


DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

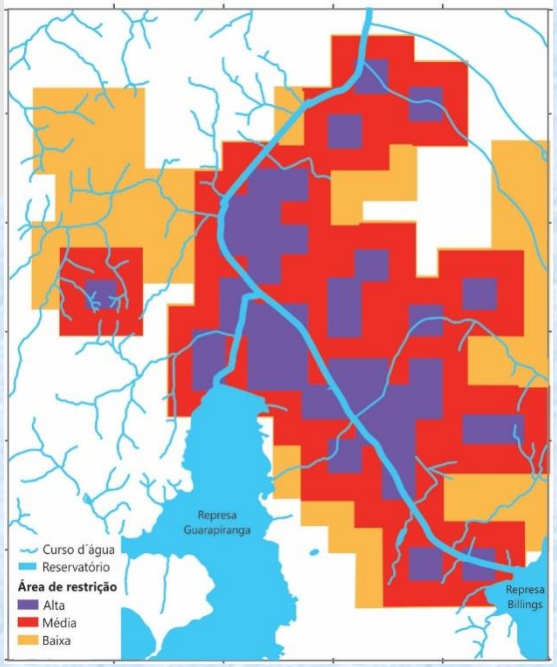
Estudos de detalhe – Deliberação CRH 52/2005

Ribeirão Preto

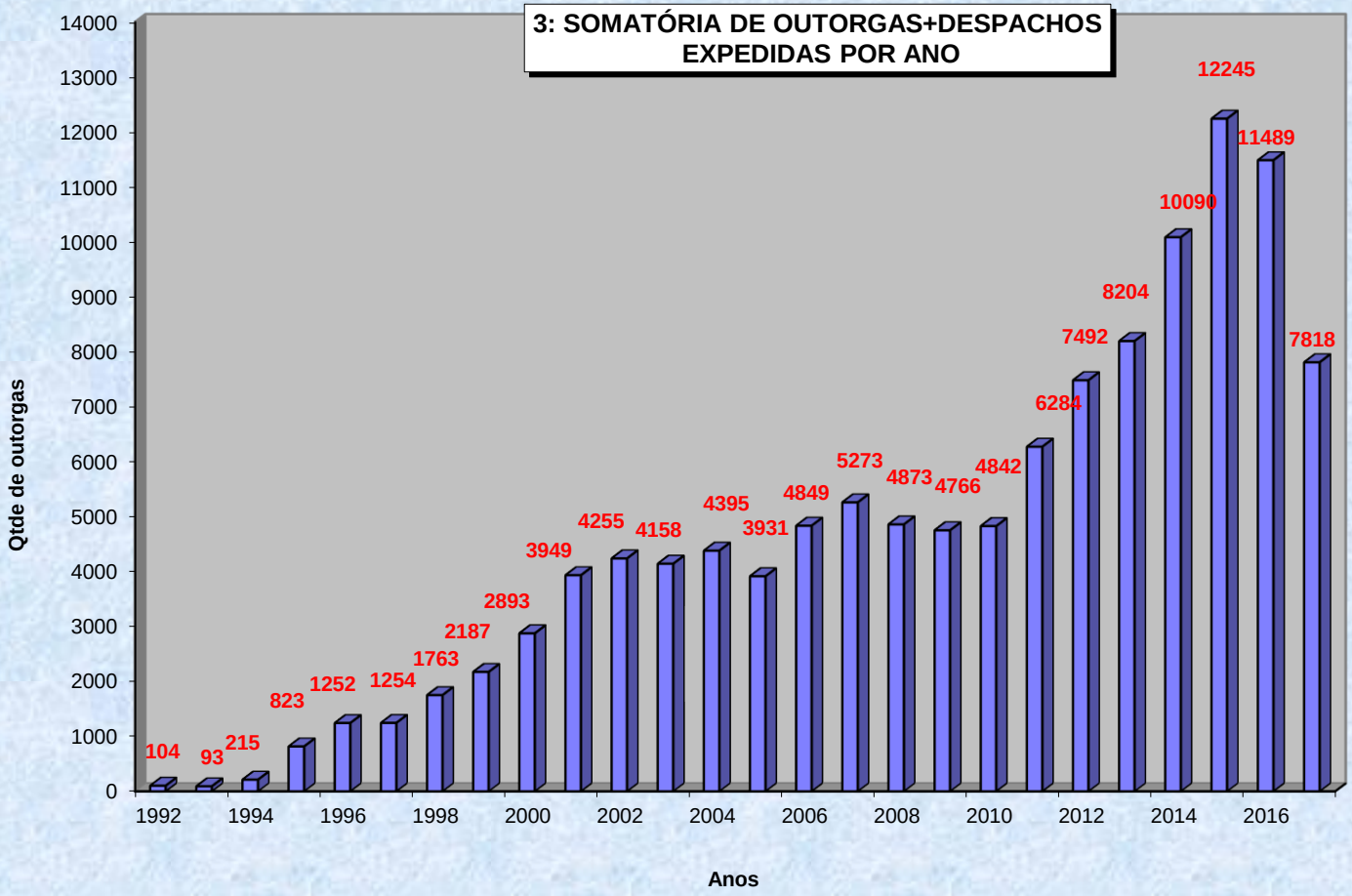
Rebaixamento de nível



Jurubatuba- organoclorados



Outorga do Direito de Uso dos Recursos Hídricos



Agosto 2017

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

ESTATÍSTICA DE USOS E INTERFERÊNCIAS EM RECURSOS HÍDRICOS

Dezembro 2017

POR TIPO DE USO / INTERFERÊNCIA

2017	%	ACUMUL
Poço Profundo	45,07	6.769
Poços freáticos	7,17	1.077
Captação Superficial	16,78	2.520
Lançamento	6,66	1.001
Barramento	9,75	1.465
Travessias	9,87	1.482
Reservação	1,86	280
Dique	0,0	0
Desassoreamento	1,31	196
Canalização	1,31	197
Proteção de Leito/Margem	0,21	32
Total Geral	100,0	15.019

POR TIPO DE ATO

2017	%	ACUMUL
Implantação de Empreendimento	7,73	1161
Licença de Perfuração	3,54	531
Outorga de Direito de Uso	45,82	6.882
Dispensa de Outorga	27,60	4.145
Indeferimento	14,20	2.132
Despacho (serviço)	1,12	168
Total Geral	100,0	15.019

POÇOS PROFUNDOS

2017	%	ACUMUL
Implantação de Empreendimento	5,58	378
Licença de Perfuração	7,84	531
Outorga de Direito de Uso	52,70	3.567
Dispensa de Outorga	21,72	1.470
Indeferimento	12,16	823
Despacho (serviço)	0,0	0
Total Geral	100,0	6.769

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Cadastro de Usuários do DAEE

captações subterrâneas	63.167
captações superficiais	26.199
lançamento de efluentes	38.960
barramentos	15.253
travessias	25.320
canalizações	3.661
outros	7.483
T O T A L	180.043

data base julho/2018

VAZÕES OUTORGADAS - m³/s

Tipo de Uso	Captação			Lançamento
	Superficial	Subterrânea	Total	
Abastecimento Público	171,06	22,80	193,86	68,03
Uso Industrial	63,67	18,53	82,20	36,62
Uso Rural	94,38	8,96	103,34	16,98
Soluções Alternativas	5,23	10,57	15,80	5,40
Outros usos	5,02	0,65	5,66	5,67
Total	339,35	61,51	400,86	132,70

Dezembro 2017

Novo Sistema de Outorgas
Contexto

DAEE

DAEE emite outorgas para uso da água desde 1985.

Já emitiu **200.000** autorizações.

Crescimento médio de 18%/ano de outorgas

(site DAEE)

15.000 atos de outorga emitidos

em 2017

Cobrança em implantação nos Comitês de Bacia

(Bacias Criticas já iniciaram/finalizaram o Ato Convocatório)

Crescimento dos conflitos com a escassez hídrica

Necessidade de processos de análise mais rápidos e eficazes

Necessidade de integração com outros órgãos da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos

Necessidade de atualização tecnológica dos instrumentos de gestão de recursos hídricos

Outorga Eletrônica

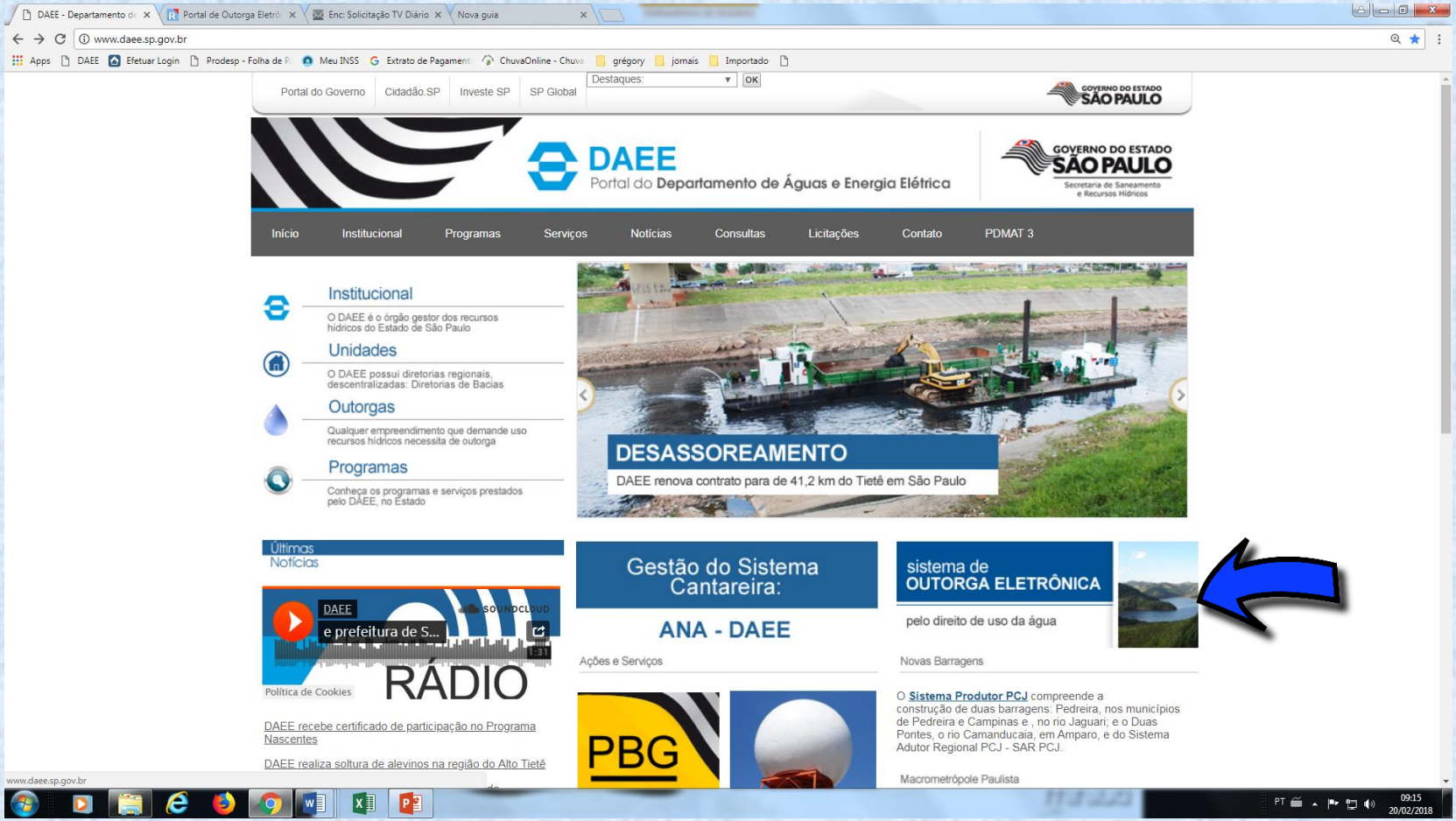
O DAEE disponibilizou em fevereiro/2018 o Sistema de Outorga Eletrônica - SOE, complementando o processo de simplificação dos procedimentos técnicos e administrativos para obtenção de Outorga de Direito de Uso e de Interferência em recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, iniciado em junho de 2017.

O interessado deve pedir outorga de uso da água para seus projetos de captações superficial e subterrânea, lançamentos de efluentes e barramentos, e acompanhar a tramitação do pedido através do site do DAEE (www.daee.sp.gov.br), ícone OUTORGA ELETRÔNICA.

Sistema de Suporte à Decisão acoplado ao SOE auxilia os técnicos na análise do pedido, emissão de parecer e expedição do Ato de Outorga.

Sistema de Outorga Eletrônico

Como encaminhar seu pedido

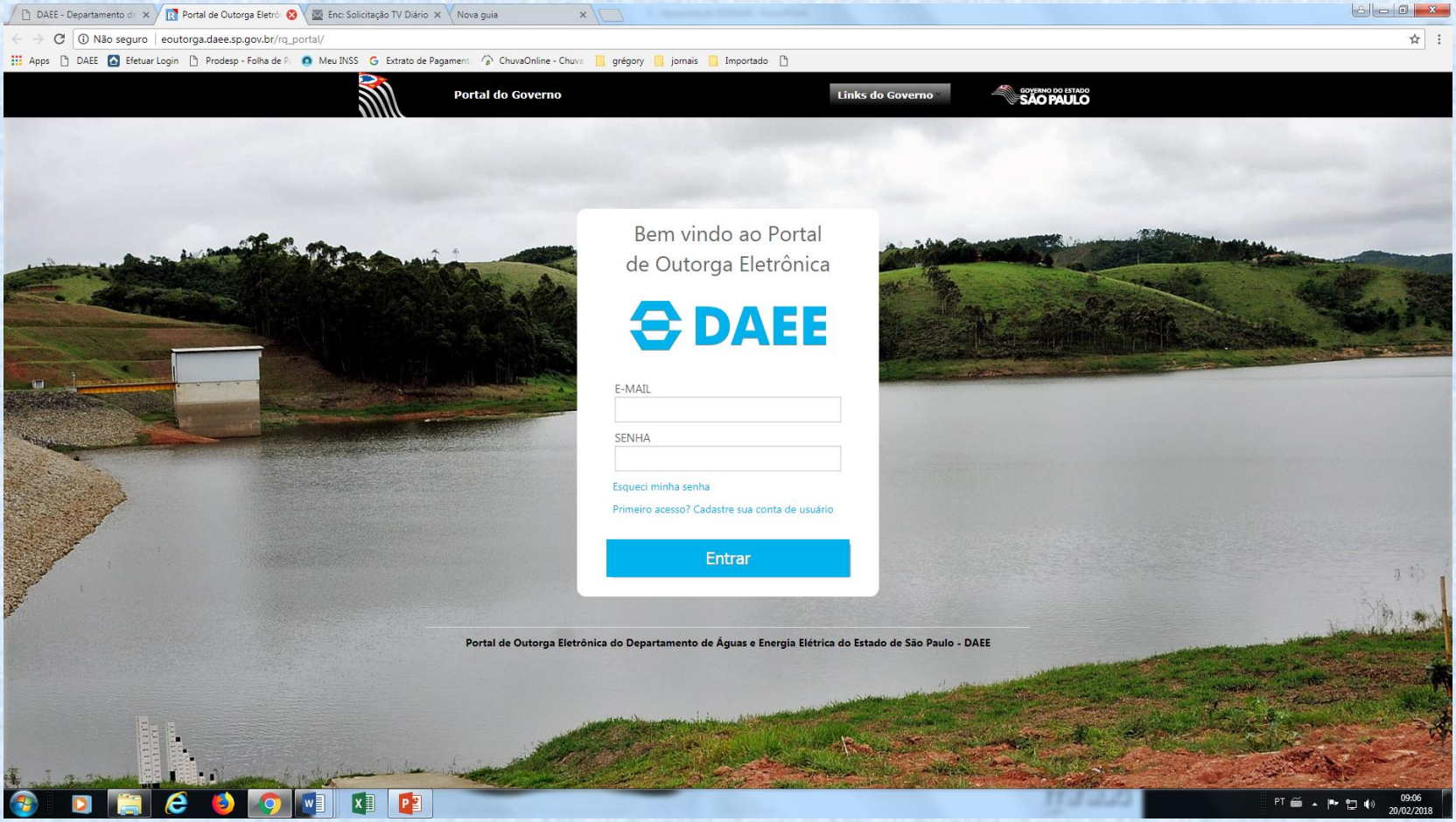


Clique no ícone OUTORGA ELETRÔNICA.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Sistema de Outorga Eletrônico

Como encaminhar seu pedido



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Documentação para obter autorização para Captação Subterrânea

Conforme:

- Portaria DAEE nº 1.630 e Instrução Técnica DPO nº 10, de 30/maio/2017

1. DECLARAÇÃO SOBRE VIABILIDADE IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTO – DVI

- Requerimento para obtenção de Declaração sobre Viabilidade de Implantação de Empreendimento (DVI) quanto aos usos e interferências em recursos hídricos; - LINK
- Comprovante de recolhimento da taxa de análise;

2. LICENÇA DE EXECUÇÃO COM DIREITO DE USO

- Requerimento de Licença de Execução de Poço Tubular e de Direito de Uso para Captação de Água Subterrânea; LINK
- Comprovante de recolhimento da taxa de análise;LINK
- Fluxograma de uso da água (quando couber)NK

Documentação complementar e obrigatória

O projeto e a construção do poço tubular devem atender às normas técnicas brasileiras, fazendo-se necessário o projeto construtivo do poço, o seu relatório técnico final (incluindo os perfis litológico e construtivo) e os ensaios de vazão e de recuperação. Esses documentos devem ter como responsável técnico um profissional, uma empresa ou uma instituição habilitada para a sua execução, obrigando-se o usuário a manter em seu poder, o respectivo documento de responsabilidade técnica, bem como toda documentação produzida, apresentando ao DAEE durante fiscalizações ou quando solicitado.

O usuário deve obter, e manter em seu poder, a Licença Sanitária referente à Solução Alternativa Coletiva de Abastecimento dos Tipos I e II, a ser emitida pela Vigilância Sanitária, conforme dispõe Resolução Conjunta SMA/SERHS/SES nº 3, de 21/06/2006 e suas atualizações;

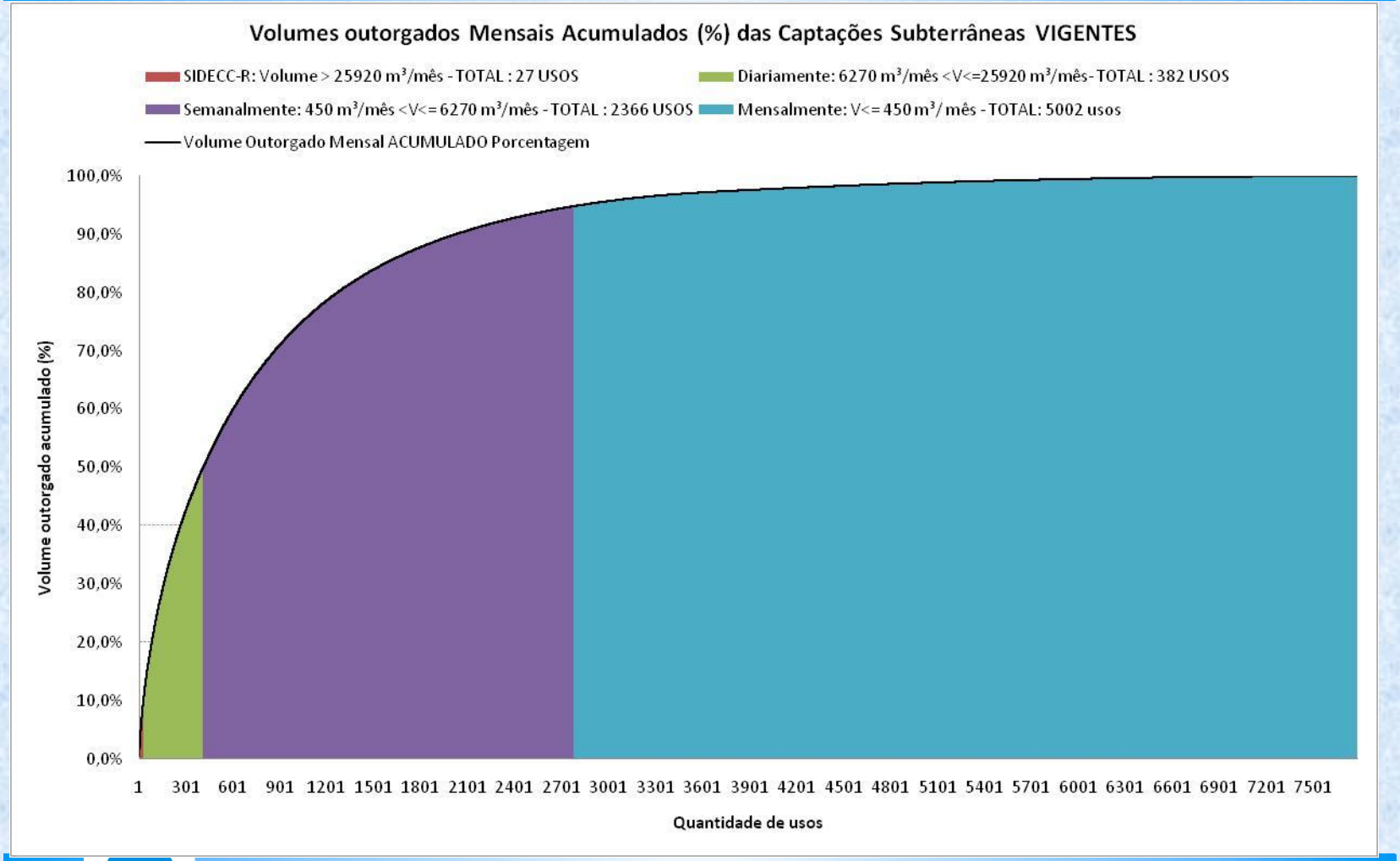
O usuário deve obter o Parecer Técnico da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, referente à qualidade ambiental e mantê-lo em seu poder, para os casos em que houver contaminação do solo e das águas subterrâneas, já declarada pela CETESB, em um raio de 500 metros a partir do ponto de perfuração do poço

Sistema de Outorga Eletrônico

Situação resumida (outubro/18):

- Início operação : fevereiro 2018
- Abrangência: Captação Superficial e Subterrânea, Lançamento e Barramentos
- Requerimentos submetidos: 8.625
  - Captação Superficial: 25 %
  - Captação Subterrânea: 56 %
    - Poço Tubular: 38 %
    - Poço Escavado: 8 %
    - Licença de Execução: 10 %
  - Lançamentos: 6 %
  - Barramentos e Reservação: 13 %
- Cancelados, Desertos, Desistências: 551
- Atos Publicados: 5.056 – 50% Dispensa de Outorga

Volumes Outorgados Mensais das Captações Subterrâneas – BMT



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Próximos Passos

- Complementação Outorga Eletrônica:
  - Módulo Dispensa de Outorga
  - Módulo Fiscalização
- Programa de Fiscalização
- Adequação Banco de Dados

Obrigado !

lfcarneseca@sp.gov.br
www.daee.sp.gov.br